



Aprovado por
Câmara Municipal
26/9/2022

A blue ink signature, possibly of a council member or official, written in a cursive style.

A smaller, less legible signature or mark in blue ink.

Ata nº5



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA FLOR

(Handwritten signatures in blue ink)

----- **Mandato 2021/2025** -----

----- **ATA NÚMERO CINCO** -----

----- Ao vigésimo dia do mês de junho do ano dois mil e vinte e dois, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Flor, convocada nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 30.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, sob a presidência do Deputado Pedro Alexandre Morais dos Santos, Presidente da Mesa, Gracinda de Fátima Fraga Carvalho Peixoto, 1.ª Secretária e Artur Manuel Pires, 2.º Secretário. -----

----- Estiveram presentes na sessão os seguintes Deputados da Assembleia Municipal:-----

----- José Albino Prodêncio; João Carlos Alves Valério; Carina Dinora Roças Ferreira; Ana Catarina Santos Ventura; Ana Raquel Dionísio Teixeira; Fábio Rui Azevedo; Eduardo Manuel Correia de Carvalho; Olívia Amélia Diogo Martins; António Manuel Campeã da Mota; -----

----- O Deputado da AM PS Marcelino da Conceição de Oliveira Marques da Silva foi legalmente substituído pela Deputada substituta Sandrina Samorinha. -----

----- O Deputado da AM Coligação Acreditar PPD/PSD- CDS/PP João Miguel Mateus Caldeira, foi legalmente substituído pelo Deputado substituto Filipe José Portela Linhares.-----

----- Faltou a esta reunião a Vereadora do Partido Socialista (PS) Maria da Assunção Bártolo Matias.-----

----- Estiveram também presentes na sessão, os seguintes Presidentes de Junta: -----



[Handwritten signature]

----- Fernando Amílcar dos Santos Passeira; Frederico Macedo Teixeira; Gilberto Milton Fonseca Vieira; Eurico Manuel Evaristo Trigo; Manuel António Prazeres Madureira; Fernando Augusto Silva Brás; Armindo António Olmo; António Alexandre Adão dos Santos; José António dos Santos Ferreira; Carlos José Almeida Seixas; Justino Manuel Bernardo dos Santos. -----

----- Faltou a esta reunião o Presidente da União de Freguesias de Candoso e Carvalho de Egas, Joaquim Filipe Frutuoso Correia. -----

----- Faltou a esta reunião o Presidente da Junta de Freguesia de Sampaio, Vítor Cassiano Queijo Pereira. -----

----- O Órgão Executivo esteve representado por: -----

----- Pedro Miguel Saraiva Lima Cordeiro de Melo, Presidente da CMVF. -----

----- Ana Sofia dos Santos Carvalho Gonçalves Ramos, Vice-Presidente da CMVF. ----

----- Luís Manuel Pereira Policarpo, vereador da coligação ACREDITAR PPD-PSD/CDS-PP. -----

----- Quintino Augusto Pimentel Gonçalves, vereador do Partido Socialista (PS). -----

----- Faltou a esta reunião o Vereador do Partido Socialista (PS), Fernando Francisco Teixeira de Barros. -----

----- Constatada a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a quinta Reunião Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Flor. -----

----- **PONTO UM: Expediente, informações e aprovação da ata N.º 4 de 29 de abril de 2022.** -----

----- **O Presidente da AM** agradeceu a atenção de todos os presentes uma vez que estavam a ser distribuídos livros para os eleitos locais. De seguida falou no expediente recebido, nomeadamente um livro que a CIM mandou para Vila Flor para entregar a todos os eleitos da AM, a agenda cultural de Bragança que estará para consulta de todos os membros da AM assim como a Voz das Misericórdias, versão de abril e de maio para consulta de todos. Entretanto foi apresentado um livro em Vila Flor, pelo Eurodeputado José Manuel Fernandes, estando presente o Senhor Presidente da CCDR para fazer a sua



apresentação. Deixou um exemplar para cada um dos eleitos que pretenda tê-lo, sendo apenas necessário pedi-lo aos serviços. Este livro é interessante porque funciona como uma agenda e tem todos os quadros comunitários, todas as candidaturas possíveis é uma boa ferramenta para consulta.-----

Dado o conhecimento do Expediente, o Presidente da AM usou pela primeira vez o púlpito para apresentar um voto de pesar: *“ No passado sete de junho Vila Flor viu partir o cidadão Alfredo Travessa Ramalho, um homem, um pai, um avô, um eterno convicto Vilaflorense que dedicou parte da sua vida à causa pública e ao nosso concelho. Foi Presidente da Câmara Municipal de Vila Flor de 1979 a 1993 tendo revelado ser um homem inovador, progressista e dedicado à causa comum. Um homem que nunca deixou de projetar o futuro do seu concelho quer nas questões de elementar necessidade das populações quer na construção e inovação dos projetos que ainda hoje são desígnios inquestionáveis da nossa terra. Um homem respeitado pela sua conduta social e dedicação familiar que nos deixa o seu exemplo de vida, de caráter, de homem de bem e entrega à causa pública. Aos seus familiares, filhas, filhos, genros, noras, netas e netos, o nosso sincero voto de pesar manifestando o nosso profundo respeito e agradecimento pelo exemplo de cidadania e préstimo ao concelho de Vila Flor, 20 de julho de 2022, Assembleia Municipal. -----*

“Proponho que seja uma moção do órgão da AM. Fica à vossa consideração e abro já as intervenções para quem o quiser fazer.”-----

De seguida o **Presidente da AM** propôs um minuto de silêncio.-----

----- **O Presidente da AM** passou para a ata da última sessão da AM, ata nº4 e questionou quem deseje tomar a palavra.-----

----- **O Deputado da AM Eduardo Carvalho (Coligação “Acreditar” PPD/PSDCDS/PP)** iniciou a sua intervenção com pequenas correções à ata penitenciando-se que já o deveria ter transmitido, no entanto não lhe foi possível.-----

----- **O Deputado da AM José Prodêncio (PS)** iniciou a sua intervenção cumprimentando o Senhor Presidente da AM, o Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia Municipal, Senhores



Presidentes de Junta. Referenciou que ficasse claro que quando se fazem reparos à ata não se está a pôr em causa o trabalho de quem a elaborou ou de quem a tentou fazer respeitando tudo que está na gravação. Uma ata deve refletir em síntese tudo o que se passa na AM sem desvirtuar aquilo que se discutiu. Questiona se alguém da AM assistiu à elaboração da ata, aliás é da opinião que os secretários o deveriam fazer porque é a sua obrigação e porque as intervenções do Senhor Presidente da AM no que a si lhe diz respeito, só em pensamento poderiam ter acontecido alegando que não disse nada do que consta na ata acrescentando que a não ser alterado o texto ver-se-á obrigado a pedir a gravação para verificar se tem ou não razão. Na página quatro diz a dada altura o Senhor Presidente da AM; “Relativamente à posição do Deputado José Prodêncio sobre a redação da ata lamenta a posição do deputado que faz deste ponto um palco de intervenção ao contrário de outros deputados da bancada do Partido Socialista que fizeram chegar contributos sem ter pretensão de usar da palavra na sessão para apresentar sugestões de melhorar o texto sem qualquer pretensão de protagonismo. Entende redutor a participação de um deputado que não tendo conteúdos para debater aproveite a ata para o fazer e afirma que o Senhor Presidente da AM não disse nada disso. Lamenta ainda que o Senhor Presidente tenha mudado de opinião porque ainda Deputado Pedro Santos, relativamente às suas intervenções disse o senhor em fevereiro de 2016, entre outras coisas: *“O Deputado José Prodêncio trouxe muitos contributos à Assembleia, promoveu a discussão, promoveu o debate e de facto todo o cidadão que exerce o seu dever cívico merece uma palavra justa e por isso da minha parte desejo-lhe muitas felicidades e solidariedade.”*, isto disse o Senhor Presidente em 2016 enquanto Deputado da Assembleia e naturalmente que depois na função de Presidente mudou de opinião, lamenta e acrescenta que sendo um homem livre manifesta as suas opiniões sempre que lhe apetecer. Na página 6 que faz referência à sua intervenção sobre as comemorações do 25 de abril por parte da Câmara, sugeriu apresentar uma alteração:” O Deputado da AM José Prodêncio criticou a forma como decorreram as comemorações do 25 de abril sobre a qual fez uma intervenção escrita que entregou ao senhor Presidente da Mesa para anexar à Ata desta sessão e que dela faz parte integrante. Na página 12 refere que o Presidente da AM disse: “ não querendo entrar no registo da intervenção do Deputado José Prodêncio, não podia deixar de dizer que relativamente às acusações que lhe dirigiu usando a expressão *tiques de ditador* e acrescentou vaidade



(Handwritten signatures in blue ink)

e prepotência, ao seu lado era um menino, referiu que um Deputado tem a responsabilidade de ser um exemplo democrático de participação cívica e que infelizmente não vê essa responsabilidade e credibilidade nas intervenções do Deputado José Prodêncio.” Refere que apenas disse e confirma que o Senhor Presidente está a demonstrar uns tiques de aspirante a ditador e não usou os termos vaidade e prepotência e que devem ser retirados da ata. Disse ainda que quanto ao facto do Presidente ser um menino ao seu lado até é verdade, pois está a falar com uma pessoa que daqui por dois meses tem setenta anos e tem autoridade moral para dizer estas coisas porque sempre teve um comportamento correto. Na página 23 é apenas uma pequena correção que pode mudar o contexto da frase trocando a palavra “requisições” para “amortizações” sendo um custo e não uma despesa. Esta Assembleia também tem uma formação pedagógica. Quando se investe num equipamento, no ano em que se compra é um investimento e o Estado ou o Governo permite que esse gasto seja deduzido aos rendimentos durante o período que esse bem é amortizável. Quanto a quem elabora a ata ou porque às vezes a gravação não está muito audível ou porque a pessoa não está, estas atas devem ser acompanhadas por um dos Secretários da Mesa que vá acompanhando a elaboração desta ata porque de facto o que está em causa é que uma ata deve refletir o que se passa e o que está aqui não é verdade, nas partes citadas não é verdade e uma vez que o senhor Presidente diz que é, o deputado aproveitou para desde já pedir uma cópia da gravação que fará o favor de lhe fazer chegar e estará presente para se redimir se efetivamente ouviu mal. Se a ata não for alterada obviamente votará contra.-----

----- **O Presidente da AM** questionou se mais alguém queria intervir sobre a ata.-----

----- **O Deputado da AM Artur Pires (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP)** iniciou a sua intervenção cumprimentando o Senhor Presidente da AM, a cara colega Gracinda Peixoto, Senhor Presidente da Câmara, os Vereadores e colegas Deputados e o excelentíssimo público. Sobre a primeira parte que o colega Deputado José Prodêncio disse, subscreve inteiramente, a ata deve refletir o que se passa na reunião. Disse que de uma forma resumida, sintética, deve referir integralmente o que aqui se passou. Relativamente aos reparos que o colega Eduardo Carvalho fez, deve-os fazer em tempo útil quando a ata é remetida para todos, porque são questões cirúrgicas e depois é



complicado estar aqui a tomar nota de vírgulas. Referiu ainda e dando resposta ao Senhor Deputado José Prodêncio que as questões de oralidade são muito divergentes da escrita, e deu os parabéns a quem redigiu a ata, que fez um belíssimo trabalho, competente, foi uma pessoa nova que iniciou estas funções e portanto o comportamento foi altamente positivo. A ata está muito bem trabalhada, reflete o que aqui se passou. Sobre as questões que imputou ao Senhor presidente ele responder-lhe-á de certeza absoluta, e nós temos que ter muito cuidado porque quando viemos aqui explicar uma ideia, muitas vezes começamos a nossa intervenção numa forma e terminamos exatamente da mesma. Aproveitou para responder que a ata foi acompanhada pelos Secretários da Mesa e será sempre. A ata em nada desvirtua o que se passou na última Assembleia, bem pelo contrário, espelha com fidelidade aquilo que na Assembleia foi dito. Acrescenta que o senhor Deputado acaba de entregar um texto, e o texto entregue não é o que o Senhor Deputado disse, porque a oralidade é muito diferente da escrita.-----

----- **O Deputado da AM João Valério (PS)** iniciou a sua intervenção cumprimentando o Senhor Presidente da AM, Senhor Presidente e Executivo, caros Membros. De seguida informou que não tinha intenções de falar sobre a ata mas tem que ser coerente, as atas são difíceis de redigir, notou-se na redação desta vez uma diferença. Também foi notório, nomeadamente nas suas intervenções que havia uma nova forma de redação, houve o cuidado de fazer a citação das suas palavras e a seguir já não era a citação mas continuava a falar na primeira pessoa, há uma falha na forma, não no conteúdo e quando houver dúvidas para quem está a transcrever as palavras do áudio para texto deve ser feito como foi, entre aspas. Sugeriu no entanto e sem qualquer sentido político, já o tinha dito na última Assembleia, que poderiam chegar a um consenso alargado, recuperando uma coisa que considera positiva do último mandato, nomeadamente dos Deputados da altura da oposição, e na sua opinião as Assembleias podiam ser transmitidas, e isso resolvia o assunto, via-se aquilo que se dizia e não havia a mínima dúvida. Na sua opinião o paradigma mudou, está correto, é justo mas podia-se pensar novamente porque já se anda há vários anos a pensar nisso, anda-se com regulamentos, com salvaguardas, com dificuldades, com dúvidas, podia-se recuperar o tema e a transmissão das Assembleias resolvia estes problemas, porque ao estar em casa, ao



receber a ata surge a dúvida “Será que eu disse isto?” A nota deixada é pedagógica, está e estará solidário com quem fez a ata, há vícios de forma que devem ser corrigidos, há estilos de escrita que podem ser alterados mas quem faz as atas merece sempre o seu respeito. Devia-se pensar seriamente na transmissão das Assembleias para memória futura.-----

----- **O Presidente da AM** questionou o **Deputado da AM João Valério (PS)** como um homem que já está na Assembleia há tantos anos: “ disse ou não disse aquilo que foi desmentido? O senhor ouviu-me a dar aquela resposta ou não ouviu? Gostava de o ouvir” ao qual o Senhor Deputado respondeu que tirou algumas notas.-----

----- **A Deputada da AM Carina Ferreira (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP)** cumprimentou todos os presentes, nomeadamente o Senhor Presidente da AM, Mesa, Executivo, caros Deputados. De seguida coloca uma quase questão uma vez que não entendeu muito bem a grande alteração à ata para além das pequenas alterações. Se a grande alteração do Deputado José Prodêncio tem a ver com a sua intervenção e a resposta do Senhor Presidente da Mesa. Mais informa que aquilo que se recorda da intervenção do senhor Deputado José Prodêncio foi precisamente isso, sobre o 25 de abril e a resposta do Presidente da Mesa, as ditas palavras foram as que lhe ficaram realmente na memória “*tiques de ditador, vaidade, prepotência, sou um menino*”. -----

----- **A Deputada da AM Olívia Martins (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP)** saudou todos os presentes, Senhor Presidente da AM, Senhor Presidente do Executivo, Senhores Vereadores, os Deputados, Presidentes de Junta, público em geral. Refere que se vê de um lado a defender uma situação que agora o senhor Deputado João Valério defende, efetivamente que era a transmissão. E durante um mandato que esteve presente durante 4 anos foi sempre batalhado pela emissão e pela transmissão das Assembleias Municipais, pela transparência que todos querem que haja no panorama político, essencialmente no panorama político Municipal porque é o mais próximo, e foi sempre vedado, houve sempre entraves no executivo anterior que as Assembleias Municipais bem como as reuniões de Câmara não fossem emitidas ou não fossem transmitidas via Facebook ou outra via qualquer. Informa o quão espantada fica com e congratulada com a sua mudança de opinião que agora as mesmas sejam transmitidas. Quanto às atas, durante toda a sua vida fez muitas atas e estas efetivamente revelam



muito sucintamente tudo aquilo que se passa durante uma sessão. Se calhar de um lado têm razão, do outro lado também têm razão e quem as executa também tem toda a razão. Efetivamente se as atas forem dinâmicas, possivelmente em vez de serem quinze folhas irá ser um livro, portanto tem que se reduzir e ser o mais sucinto e mais concreto possível sem desvirtualizar aquilo que cada um diz para que quem lê a ata veja que realmente o que aconteceu não é a vírgula ou o ponto que estava ali ou que devia estar acolá mas sinceramente o sentido que se queria transmitir a quem vai ouvir ou a quem vai ler a ata porque não é com a vírgula ou se calhar com a correção de uma palavra, porque quem está a ouvir a oralidade de momento é completamente diferente daquela que a pessoa que está a ler a ata quando vai ouvir o CD certamente com os barulhos que na Assembleia acontecem não serão tão audíveis. A oralidade e a audição é completamente distinta porque os barulhos são tantos, a entrar e a sair, um a tossir outro a falar é muito difícil efetuar a ata e as atas têm que ser o mais reduzidas possível. Refere que no mandato anterior fez algumas observações, foi chamada à atenção diversas vezes. Há palavras que às vezes se dizem e o Senhor Presidente da Câmara anterior dizia muitas vezes *que se calhar queria dizer isto mas disse isto*, se calhar teria razão, a intenção seria uma e o que ficou escrito foi outra. Conclui dizendo que estamos aqui para melhorar sendo o mais concreto, conciso e verdadeiro possível.-----

----- **O Presidente da UF de Assares e Lodões, Fernando Amílcar dos Santos Passeira** saudou o Senhor Presidente da AM, Senhor Presidente da Câmara, restantes membros, munícipes e Deputados. Referiu que é realmente importante que a ata transmita o que foi dito em Assembleia e na sua opinião leu a ata e acha que sim. Refere que ele próprio às vezes diz algumas coisas e depois esquece que as diz. Aquela *"zona do menino"*, isso aconteceu, o Senhor Presidente da AM deu essa resposta. Salienta ainda que se estão a discutir atas, provavelmente até às 18 horas e mais uma vez volta a questionar se é o futuro de Vila Flor ou o presente e o futuro que há-se vir que realmente importa ou se vão continuar no mesmo registo, porque é intolerável até porque já tiveram e hoje em dia com a informática que há, tanto o Presidente da Assembleia como os Deputados do PS tiveram muito tempo para fazer a correção à ata.-----

----- **O Presidente da AM** após ter sido interrompido pelo Senhor Deputado José Prodêncio referiu que não se deve confundir a beira da estrada com a estrada da beira.



Uma coisa é pugnar pelo rigor que a AM tem que ter, temos que lhe dar dignidade, não é só apregoar fora nas campanhas. A Assembleia é o órgão mais importante do concelho e cabe aos membros da Assembleia dignificá-la e não é com atitudes dessas, e portanto enquanto Presidente da AM vai pugnar sempre pelo rigor nos tempos, nas intervenções, pelo respeito e pela dignidade. Se para o senhor Deputado isso é ser ditador tem esse direito de o pensar mas de facto aquilo que lhe disse e volta a dizer para que não fiquem dúvidas. *“Ditador ao seu lado sou um menino”*. Acrescentou ainda *vaidade e prepotência*, foi aquilo que foi a sua intervenção, está a refazê-la agora, que fique bem gravada para que não diga que não o disse. Nunca teve problemas na sua vida em dizer aquilo que diz. Quando vem falar em menino, sim, mas referencia que neste órgão tem mais anos de exercícios de funções que o Senhor Deputado, as pessoas na Assembleia Municipal com mais anos de mandato são efetivamente o presidente da AM e o Deputado João Valério. O senhor Deputado José Prodêncio começou antes mas depois interrompeu. Em exercício de funções que vai para cinco mandatos só o Deputado João Valério, a sua pessoa e o Deputado Artur Pires. O Deputado Artur teve uma baixa num dos mandatos seguidos mas tinha estado antes. O Senhor Deputado começou mais cedo mas não tem tantos anos exercidos como eu, o Deputado João Valério e o Deputado Artur Pires. O Senhor Deputado José Prodêncio falou ainda que quer corrigir a ata da requisição e da amortização, então sejamos rigorosos, não é amortização, é depreciação porque os ativos fixos tangíveis não se amortizam, depreciam-se. Por fim sobre as atas não posso deixar de dar um elogio a quem a redigiu, notou-se uma grande diferença, de facto há uma vontade, isto é uma aprendizagem contínua. Se pegar na ata que ainda consultou esta semana que supostamente foi para aprovar o PDM que hoje é um problema para o nosso concelho, se calhar não temos o PDM aprovado porque na ata diz, a ata foi aprovada com 10 votos contra. Não foi o ponto, nem o PDM, foi a ata. Na vigésima quinta página no ponto do PDM, a ata que aqui se registou, que aqui se votou e aqui está escrita fala que a ata foi aprovada. Portanto não é um problema nosso, não é um problema que tem três ou quatro meses, as atas são o que são, já foram feitas modificações que estão bem patentes, aceitamos com toda a humildade todos os contributos e da sua bancada temos tido sempre contributos muito positivos, sem vontade de palco. Este é o tema das atas que quer ver encerrado de uma vez por todas, seja quem for a fazê-las nunca serão perfeitas aos olhos de todos, temos todos o direito



Handwritten signatures in blue ink.

de trazer a intervenção feita se quisermos que ela faça parte como anexo da ata, senão temos que nos restringir àquilo que é a interpretação. Refere ainda que apresentou a moção de voto de pesar, demorou segundos a fazer aquela intervenção, se o fizesse sem ser escrito estaria ali se calhar 30 minutos, 40 minutos para falar do homem que foi Alfredo Travessa Carvalho. Cingiu-se a um documento de cinco linhas, demorou 5 segundos uma coisa é o que se vem ler outra coisa é o que se fale de improviso. Vamos ser honestos, transparentes e acima de tudo com bom senso.-----

----- **O Deputado da AM José Prodêncio (PS)** quis dizer ao Senhor Presidente da AM que em resposta à sua intervenção naquela altura, o que o Senhor Presidente disse foi *“eu sei que você gostava de estar no meu lugar”*, e isso não está na ata, ao qual respondeu que em democracia ganha-se e perde-se, o senhor ganhou está aí. Em relação ao Senhor Secretário professor Artur usando um provérbio popular do nosso povo *“Apanha-se mais depressa um mentiroso que um coxo”*, o que está explanado na ata sobre a sua intervenção está quase correta, só que falta na última parte alguma coisa que perde o sentido. -----

----- **O Presidente da AM** respondeu ao Senhor Deputado José Prodêncio que é verdade que também lhe disse isso, mas também lhe disse mais e acrescenta que há vários debates que acha que não contribuem para a ata, há várias discussões que só dignifica não estarem na ata. Também lhe disse que desta vez está aqui e o Senhor Deputado continua a estar aí, também não está na ata, mas também foi dito isso se bem se recorda, portanto há pormenores que acha que não acrescentam.-----

----- **O Deputado da AM Artur Pires (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP)** esclareceu ao Senhor Deputado José Prodêncio que muitas vezes tanto o Deputado como ele incluso, mesmo que tragam uma intervenção escrita fazem-se comentários em cima daquela intervenção escrita, e os comentários que o Senhor Deputado faz em cima do texto ficam na gravação, isso não resolve de todo o problema, porque depois paralelamente e em cima do texto escrito comenta-se e fazem-se discursos de rotunda. É muito complicado para quem ouve, para além de às vezes a dicção na audição não é assim tão fácil quanto aparenta, portanto não foi nenhuma crítica, se quisermos trazer textos escritos, fazemos a intervenção, resumimo-la e anexamos *ipsis verbis* o que o cidadão ou o Deputado disse e aí não há dúvidas.-----



----- O Presidente da AM referenciou que o Senhor Deputado José Prodêncio disse que em 2016 enquanto era Deputado desta Assembleia usou da palavra para o elogiar e referiu a intervenção que não põe em causa essas palavras, é verdade que o disse. Acrescenta ainda que quando se sentava desse lado tinha o bom senso de reconhecer e de elogiar fosse quem fosse, de um lado, do outro e recorda-se que essa intervenção foi numa última Assembleia que o Senhor Deputado esteve e que se despediu. Reconhecer que uma pessoa desempenha as suas funções com convicção, com zelo não é um erro, não é falta de coerência, portanto se naquela altura o senhor tinha coerência nas suas intervenções e acrescentava, se hoje não as tem, se hoje não acrescenta, se hoje não tem contributos também estarei cá para lho dizer.-----

----- O Deputado da AM João Valério (PS) respondendo à Senhora Deputada Olívia Martins e para aclarar a história, porque às vezes fica-se confuso, a Senhora Deputada no mandato anterior era líder de bancada. Formalmente no mandato anterior ele era o líder da sua bancada e achou que não o devia ser desta vez. Se a Senhora Deputada se lembra e desafio feito para ambos, em quatro anos dá-se a volta às atas todas e a Senhora Deputada vai procurar e se o encontrar, faz aqui *mea culpa*, vai procurar onde algum dia fui contra as transmissões. A Senhora antiga Presidente da AM nomeou um grupo e tiveram várias divergências e foram salvaguardadas várias cláusulas porque empiricamente alguns criam uma feira de vaidades numa qualquer rede social. Chegaram a acordo e viram que havia uma data de salvaguardas que era necessário ter. Se bem se lembra não recebeu qualquer contributo da parte da Senhora Deputada para elaborar um regulamento. O regulamento como é lógico demora a ser elaborado, mas foi elaborado no seu tempo livre por si e por uma pessoa que não está presente, regulamento esse que pediram alguns favores, é a palavra, a pessoas juristas que lhe dessem uma vista de olhos e chegaram a um consenso e tinham um regulamento para a transmissão. Se é verdade que sempre foi uma vontade de um partido político que neste momento já aqui não está representado a quem não se pode tirar o mérito que sempre insistiu, justiça seja feita, nunca foi contra isso, sempre pugnou por isso, gastando bastantes horas do seu tempo a elaborar um regulamento que apresentou e se a Senhora Presidente da AM anterior quisesse ali ir dizer que foi entre todos aceite aquele regulamento para as transmissões.-----



[Handwritten signatures in blue ink]

----- O Cidadão Francisco Rodrigues cumprimentou todos os presentes. Antes de começar a sua intervenção gostava de dizer ao Executivo e ao Senhor Presidente da Câmara que mesmo não sendo Autarca como é tinha a sensibilidade para perceber que não tem uma varinha de condão para fazer com que as coisas apareçam de um momento para o outro. Disse também que não é nenhuma crítica nem das ditas críticas construtivas, é apenas uma observação. Passando então à sua intervenção agradeceu ao Executivo na pessoa do Senhor Presidente. Relativamente ao repto que lançou a 29 de abril quanto ao almoço das crianças do Jardim de Infância agradeceu a solução que o Executivo encontrou para as 19 crianças que ficaram sem Educadora e dizer-lhe que na linha da frente relativamente ao que o Executivo faz às crianças, tira-lhe o seu chapéu e que pode contar com o Executivo da Junta de Freguesia de Vilas Boas com o que for necessário para as crianças. Relativamente à reunião anterior com o Centro Social e Paroquial volta a referir a situação de terem férias desportivas no período que vai de 4 de julho a 5 de agosto. Sabe que o Executivo vai patrocinar e muito bem os almoços às crianças mas coloca a questão do período de 6 a 12 de agosto e depois do 1 de setembro ao início das aulas, sabe que o Executivo não pode interferir e nem tem nada a ver com isso. Relativamente à coincidência das férias entre a Santa Casa da Misericórdia com o Centro Social e Paroquial, no programa eleitoral do Senhor Presidente do Executivo, no capítulo da Educação diz:” Promover o ajustamento dos horários e calendário de funcionamento da Rede pública de Jardins de Infância com as necessidades das famílias criando uma estrutura Camarária gratuita que receba as nossas crianças.-----

----- O Presidente da AM questionou se algum munícipe queria usar da palavra e explicou que legalmente está no regimento, no fim, porque a lei só permite um período mas vão abrir sempre dois períodos, no entanto só podem usar um deles para não obrigar as pessoas a estarem a tarde toda se quiserem vir expor a sua situação. Ao munícipe que vier a meio da reunião não ficar sem período de intervenção porque já foi no início. Acrescentou ainda: *“Essa é a política da mesa, a violar a lei se for, prendam-nos se quiserem mas será essa a nossa atitude até ao final do mandato”*. -----

----- O Presidente da CMVF cumprimentou todos os presentes, agradeceu a intervenção, é sempre bom quando reconhecem um trabalho e realmente em prol das crianças, estão presentes e têm dado provas duma mudança total perante aquilo que é



[Handwritten signatures in blue ink]

o nosso futuro e também tem razão em relação à varinha de condão, a varinha de condão não existe, existe sim nos contos de encantar das crianças e é bom que eles acreditem nisso, é bom que eles criem utopias para lutar e fazer com que eles lutem na vida. Estão em articulação com o Agrupamento a tentar realmente mudar essa realidade dos horários, é complexo, porque não basta só os professores em si mas também temos que trabalhar com as administrativas e contamos que durante o próximo ano letivo, no início se consiga oferecer o mesmo nível de serviço para que os pais possam realmente usar o serviço público duma maneira melhor e não sejam “empurrados” para um serviço privado.-----

----- **O Presidente da AM** constatou que tanto se falou da ata, e esta ainda não foi votada. Colocou assim à votação a ata N.º4 e foi aprovada com um voto contra do Senhor Deputado José Prodêncio e uma abstenção por parte do Deputado João Valério. Informou ainda que se segue o Período antes da Ordem do Dia e abriu as inscrições.----

----- **PONTO DOIS: Período antes da Ordem do Dia.** -----

----- **O Deputado da AM José Prodêncio (PS)** dirigiu a palavra ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Assares e Lodões, Fernando Amílcar dos Santos Passeira dizendo que estar numa AM é sempre um bocado complicado, tem que se esperar, tem que se analisar, tem que se discutir, alegando que já da última vez tinha vindo com a mesma conversa. Referenciou que na Assembleia quem quer estar está, quem não quer sai, quem não quer ser lobo não veste a pele, e portanto estas coisas demoram a discutir. Relativamente ao período antes da ordem do dia, disse que nos termos da Lei 75 compete à AM acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara, e se assim não for não se está a fazer nada, não estão ali para receber a senha de presença, que ele da sua parte até abdica dela. Enquanto eleito tem o direito de questionar tudo quanto lhe vier à cabeça tenha ou não tenha razão, depois os factos dirão se tem ou não razão. Havia um político conhecido, Sá Carneiro que dizia. *“Só aceito que um Governo se desculpe com o anterior para corrigir o que está mal nos primeiros seis meses de funções, a partir daí que se componham”*. Como já se passaram 6 meses do novo governo, começa a chegar a altura de descortinar as suas atividades. E portanto para além de dar continuidade às obras que já estavam adjudicadas que saudamos evidentemente, é função da Câmara atual, também é chegada a altura de começar a saber o que é que para além disso está



[Handwritten signature]

a ser feito. E no campo das ideias, aproveitava um dos bons exemplos que vem da Câmara de Mogadouro, a Câmara de Mogadouro aprovou um protocolo que diz assim: *“O Município de Mogadouro para criar e manter emprego decidiu apoiar as empresas que criem postos de trabalho, quer já às instaladas ou às que se venham instalar e por cada posto criado é atribuída às empresas um incentivo equivalente a oito salários mínimos nacionais.”* Isto foi uma medida aprovada na Câmara Municipal de Mogadouro e os bons exemplos têm que se seguir até pode nem haver candidatos mas se houver uma linha desse apoio naturalmente cria-se um posto de trabalho e a empresa beneficia de um subsídio equivalente a oito salários mínimos. Com base no princípio que já referiu de acompanhar a ação do Município, debruçou-se sobre os ajustes diretos, vai-se ao portal Gov e tiram-se os contratos de ajustes diretos que lá estão. Analisando estes tipos de contratos celebrados com o Município desde novembro de 2021 até à data, alguns justificam um pedido de esclarecimento e outros alguns comentários. A alínea c) e d) do artigo 19º e 20º do código dos contratos públicos define o valor para este tipo de contratos e nos ajustes diretos o valor para a aquisição de bens e serviços é de vinte mil euros por ano. Refere o diploma nº2 do artigo 113 o seguinte: “Não podem ser convidados a apresentar propostas Entidades às quais adjudicantes já tenham adjudicado no ano económico em curso e nos dois económicos anteriores na sequência de consulta prévia ou ajustes diretos nos termos da alínea c do artigo 19º. Refere assim que desconhece se alguns dos contratos celebrados recentemente obedecem esse princípio, irá analisar com mais profundidade, mas desde já alguns que merecem alguma reflexão. Dá o exemplo de dois contratos celebrados na mesma data a 5-01-2022 com duas empresas cujos sócios são comuns, empresas familiares e de valores semelhantes, dezanove mil novecentos e noventa e sete num e dezanove mil novecentos e noventa e quatro, noutro para não ultrapassar os vinte e portanto, isto não é ilegal, revela é favorecimento e por isso falta de equidade porque não sabe se um dos contratos poderia também ser convidada outra empresa a prestar, irão solicitar à Câmara através do Presidente da Mesa desta AM as faturas correspondentes a estes esclarecimentos ao longo do período do contrato, 181 dias para se saber do que estamos a falar e se haverá ou não outras empresas ou concelho que também poderiam ou deveriam ser contactadas. Outro ajuste direto foi celebrado com a Sociedade ROC António Rodrigues e Célio Custódio em 17-02-2022, um contrato com o montante de sete mil euros para



levantamento da situação económica e financeira do Município. Foi celebrado um contrato com uma Sociedade ROC nesta data. A questão que coloca é a seguinte: “O Município mantém a mesma Sociedade ROC que já auditava as contas dos anteriores mandatos, porquê uma nova Sociedade ROC?” Um das contas auditadas em princípio fazem fé pública e responsabiliza o ROC que as auditou. Embora a história recente revele vários casos cujas auditorias deixaram muito a desejar não crê que a auditoria a que se reporta este contrato venha a por em causa o trabalho do ROC que a auditou e audita, ou seja, gastos necessários, não está em crer que qualquer ROC chegue ali e ponha em causa o trabalho feito. Esta Assembleia para além de acompanhar e fiscalizar a atividade do Município seja ele governado por quem seja, porque se tivesse ganho o Senhor Engenheiro Barros, a sua posição seria exatamente a mesma, para além disso também tem uma função pedagógica, e antes de passar para a questão seguinte passou a citar os artigos 1 da Lei 64/93, de 26 de agosto Regime Jurídico de incompatibilidades e artigo 8º nº1 e 2 da Lei 27/ 96 1 de agosto Regime Jurídico da tutela administrativa passando a ler: “ A Lei 27/96 do Regime Jurídico da tutela administrativa Incorrem em perda de mandato os membros dos órgãos autárquicos ou das entidades equiparadas que e mais à frente incorrem, igualmente, em perda de mandato os membros dos órgãos autárquicos que, no exercício das suas funções, ou por causa delas, intervenham em procedimento administrativo, ato ou contrato de direito público ou privado relativamente ao qual se verifique impedimento legal, visando a obtenção de vantagem patrimonial para si ou para outrem. Aquilo que o surpreende é que havendo muitas empresas de cá que podem e devem adjudicar serviços da Câmara, é daqueles que pensam que em igualdade de circunstâncias devem ser privilegiadas as nossas empresas, mas há gente que tendo as suas empresas concorrem e são eleitos para lugares de Executivo da Autarquia. Ora isto impede-os de participar, ficam em desvantagem em relação àqueles que não foram eleitos. Refere que isso lhe chamou à atenção porque embora já tivesse sido alterado, há um contrato que foi alterado, vem na ata, embora a ata não diga quem é, mas é a empresa da Senhora Vereadora, Vice-presidente Doutora Ana que adjudicou um trabalho que por acaso já existiu porque isto era uma incompatibilidade. Está aqui um contrato a 19-11-2020 adjudicado pela Terraplanagem do Mourão para transportar alunos durante 180 dias, isto está cá, ainda não foi alterado embora saiba que já foi alterado, e se não tivesse sido alterado e face



àquilo que disse, isto dá para perda de mandato da Senhora Vereadora. Por acaso já desistiu mas a ata não diz, a ata nº 22 que não fala especificamente da Empresa da Sra. Vereadora, diz que corrido o prazo fixado pelo Júri esse leigou que a concorrente em primeiro lugar desistiu passando para o concorrente em segundo lugar. Acrescenta ainda que isto serve de alerta não só para a Senhora Vereadora, mas para qualquer eleito para o Município. É uma questão legal.-----

----- **O Deputado da AM Eduardo Carvalho (Coligação "Acreditar" PPD/PSDCDS/PP)** saudou o senhor Presidente da AM, Senhor Presidente Da Câmara, Senhores Vereadores, membros da mesa, Senhores Deputados e restantes municipais. Pediu ao Senhor Presidente informações sobre o que se passa concretamente com os semáforos de regulação de trânsito espalhados por diversas artérias da vila e que realmente já não funcionam há alguns anos. Neste momento muitos deles encontram-se degradados, mais parecendo peças de sucata que dão um aspeto decadente à vila e por conseguinte sentido estético muito duvidoso e inadequado. Heranças de anteriores Executivos e que como estão não interessam manter. É necessário pôr cobro a esta e outras situações semelhantes o mais urgente possível para contribuir e melhorar o nível de vida das populações e o meio ambiente. Há também a necessidade de mandar retirar imediatamente de vários locais os arames de iluminação de épocas de natal anteriores que se encontram há já alguns anos, nomeadamente em frente ao museu, neste caso dificultando aos funcionários o hastear das bandeiras nos respetivos mastros da sua fachada. O mesmo acontece com o Posto de Turismo junto à Igreja Matriz, como é possível nesta zona nobre de Vila Flor frequentada por todos nós e principalmente por quem nos visita, situações como esta tornaram-se banais parecendo até adquirirem carácter definitivo, ficando de evento em evento ou melhor de ano para ano.-----

----- **O Presidente da CMVF** pediu uns segundos para acalmar porque realmente acha que há formas de estar e formas de dizer pedindo desculpa *pelo seu estado de nervos*, mas não consegue fingir, e vai então tentar responder de uma maneira coerente ao Senhor Deputado José Prodêncio. Refere que o Senhor Deputado tem todo o direito de vir à AM questionar tudo o que lhe vem à cabeça, claro que sim, é um homem livre, já o conhece há muitos anos e sabe que gosta de propagar a sua liberdade, mas não deve ser a todo o custo, principalmente quando tem no seu poder, no seu encalce todas



as ferramentas necessárias para clarificar coisas tão graves que aqui veio proferir e que isso sim constitui e na sua opinião, não a melhor forma de agir porque já se conhecem, sabe perfeitamente que nunca foi seu apanágio, foi vereador da oposição oito anos e nunca foi por aí, nunca. Nunca questionou a esse ponto nem nunca ofendeu a honestidade e honra de ninguém, por isso custa bastante vê-lo feito aqui desta maneira e sim isso constitui uma forma pouco correta de aqui estar. Não são precisas lições de moral, mas se calhar precisa-se de ajuda com certeza porque estão no gabinete há pouco tempo, diga-se assim, foi só a partir de outubro, o tempo voa, tem voado, tem sido um desafio enorme e evidentemente que seria bem mais fácil com membros cooperantes do que com membros que estão à procura do ponto e vírgula que poderá dar um nó naquilo que é a esperança de Vila flor. Isto sim é grave, muito grave. Se o senhor Deputado é a favor da liberdade e desta terra que é a sua adotiva, então demonstre-o e ajude em vez de vir para aqui com coisas que até já verificou por acaso que não são bem assim, mas como o senhor ofendeu e falou e nomeou uma pessoa, quer que fique bem claro que é da maior honra possível, uma pessoa trabalhadora que tudo aquilo que tem foi a pulso, foi com trabalho e que se calhar muito perde por abraçar a causa política, mas que está aqui de coração que é a nossa Vice-Presidente, irá passar-lhe a palavra para que ela possa defender a sua honra.-----

----- **A Vice-presidente da CMVF** cumprimentou todos os presentes, agradeceu ao senhor Presidente da CMVF pela oportunidade de se poder defender daquilo que hoje foi acusada. A questão que o Senhor Deputado José Prodêncio coloca hoje tem toda a legitimidade de o fazer e deve fazê-lo em sede própria, seja junto do Executivo seja em AM. No entanto essa dúvida que já colocou segundo lhe consta já é uma conversa de café. Mas acredita que seria o senhor Prodêncio a fazê-lo, pois reconhece-lhe que é a sua forma de fazer política. Reconhece da parte do Senhor Deputado um ataque à sua pessoa, que não lhe admite nem a ninguém na presente AM pois nunca faria nem nunca fez um ataque ao antigo Executivo desta natureza, está a por em causa a sua seriedade e isso não lhe admite, pois sempre foi e é uma mulher séria, responsável e trabalhadora, por isso não admite que sequer tente denegrir a sua imagem, sabe que o que pretende desta AM é palco como já foi aqui referido mas a sua responsabilidade nesta Assembleia é outra e tendo conhecimento de alguma situação ilegal deve e tem a responsabilidade



[Handwritten signature]

de encaminhar para as entidades competentes, faça-o e nesse sentido informou-o que se sente injuriada e que irá acionar os meios legais ao seu dispor. No entanto informou-o, porque está mal informado, foi-lhe adjudicado o circuito nº 3 dos transportes escolares porque detém uma empresa licenciada para o transporte coletivo de crianças, foi aberto o concurso sem ainda fazer parte do presente Executivo, tinha toda a legitimidade para concorrer ao referido transporte, fê-lo, não ficou em primeiro lugar mas sim em terceiro ou quarto lugar. Dois dias antes de iniciar o transporte escolar foi-lhe feito um telefonema por parte da Câmara Municipal para fazer o referido circuito porque as empresas anteriores teriam abdicado do transporte. Tendo outra empresa a funcionar em Vila Flor é obrigação sua e tendo contas e funcionários para pagar ao fim do mês aceitar o trabalho que lhe estava a ser proposto. Aceitou dois dias antes de iniciar o transporte escolar a 17 de setembro de 2021. O contrato não foi feito naquela altura pois houve um atraso nos serviços e portanto não foi elaborado o contrato no devido tempo. Entretanto há eleições a 26 de setembro e portanto após isso não foi permitido fazer o contrato desde o dia 26 de setembro até à tomada de posse que ocorreu a 10 de outubro. Como não foi possível fazer o contrato, foi feito à posteriori, o contrato tem data de 29 de outubro, só nessa altura foi possível. Mas também e sabendo existir incompatibilidades não iria trabalhar para o Município a fazer parte do Município a partir do 10 de outubro, não fez nem nunca o irá fazer enquanto estiver no presente Executivo Municipal. Os seus pais regem-se por princípios e um deles que não abdica é a seriedade, tudo que tem conseguido é com trabalho, muito esforço e muita dedicação com o seu marido. Se houver alguém a apontar na presente Assembleia que o diga, se alguma coisa conseguiu até hoje com alguma ilegalidade e ofender alguém, não o faz nem nunca o fará, não admite ao Senhor Deputado José Prodêncio por em causa na presente AM a sua seriedade. No dia 7 de outubro e tomaria posse no dia 10 de outubro, mandou um email para a Câmara Municipal a rescindir, não iria começar o transporte no dia 11 que seria uma segunda-feira. Sabendo a incompatibilidade ou não, não iria começar, não devia, não quer, portanto que fique bem claro na presente AM que se sentiu injuriada. Adjudicou um serviço quando tomou posse e nunca mais fez um serviço para o Município e não vai fazê-lo nem que a lei o permitisse, como disse o senhor presidente é verdade, se calhar perdeu mais em vir para o executivo do que está a ganhar mas fá-lo de coração, está cá para trabalhar, continua a fazer tudo em prol de

Vila Flor e concelho enquanto aqui estiver e pode estar até ao fim do mandato que não é anseio de poder que nunca o teve mas fará tudo para ajudar as pessoas de Vila Flor e concelho, isso que ninguém tenha dúvidas e a sua seriedade não pode ser posta em causa porque é uma pessoa que trabalha, uma pessoa séria e neste momento o senhor Prodêncio pôs isso em causa e isso não lhe admite e na presente assembleia quer que lhe faça um pedido de desculpas, se não o fizer irá acionar os meios legais que tem a seu dispor.-----

----- **O Presidente da CMVF** refere que esta é a diferença talvez entre o que é um calculismo, uma frieza e ter o calor como se mostra como falava há pouco o cidadão Francisco Rodrigues, o verão feliz que tem um nome que acha que é feliz e a dedicação àqueles que são os mais jovens, uma dedicação diária e estão lá porque assim o quiseram, sem dúvida com honra enorme mas acreditem que é difícil, porque ganharam uma nova vida e é quase como se deixassem para trás uma vida inteira. Quanto aos pontos colados pelo estimado professor Eduardo Carvalho, falou em semáforos, há várias questões que têm a ver com segurança e salientou que há pouco falara com a representante da JF de Candoso e de Carvalho de Egas que preocupa a todos, Samões que é atravessado por uma estrada nacional onde fazem falta lombas, o anterior Executivo verdade seja dita e honra seja feita que também tentou que fossem criadas ali lombas para proteção nomeadamente a Escola de Samões que agora melhorou com o sentido único mas que tem que melhorar, isto para dizer que há todo um conjunto de situações, até sinalização na vila, muita coisa, muito trabalho porque o Senhor Prodêncio usou uma expressão magnífica de Sá Carneiro, curioso o Senhor usar uma frase de Sá Carneiro ainda bem, está na rota certa mas está um bocadinho desajustado porque sinceramente pegou-se nisto em outubro com problemas que estão à vista de todos, eles não nasceram nestes últimos seis, sete ou oito meses, já existiam e a segurança é um deles. Está a ser criado de novo o Conselho Municipal de Segurança para escarpelizar uma proposta porque fez-se um comité dentro da Câmara que deu a volta à Vila e veio com muitas propostas, muito trabalho para a primeira sessão do Conselho Municipal de Segurança onde se vai tentar discutir tudo e os semáforos estão incluídos, bem como lombas na nossa avenida em Vila Flor que fazem falta porque evidentemente já se falou muito de pedagogia na presente AM. Hoje, há muita gente que circula nas



[Handwritten signature]

vias e que devia ter mais um pouco de consideração porque não vá uma criança atravessar uma das passadeiras da nossa avenida e portanto essas condições têm que ser vistas como um todo. Estão se a tentar resolver as questões não à porta de cada um como alguém dizia um dia mas à porta de todos. Precisa-se da ajuda de todos, evidentemente que há lados, não deveria ser assim porque os lados foram digamos resolvidos a partir do dia das eleições, a partir daí dentro da AM deve-se tentar encontrar sinergias e trabalhar em conjunto em prol de Vila Flor. O Senhor Deputado José Prodêncio também falou na Câmara Municipal de Mogadouro e evidentemente que todas as iniciativas que se possam fazer para gerar emprego são positivas, é esse o objetivo, fixar jovens. No entanto também há aquelas iniciativas que depois se tornam quase impraticáveis. Não sei se o Senhor Deputado leu em pormenor a iniciativa da Câmara Municipal de Mogadouro. O Presidente seguiu com alguma atenção a iniciativa porque também a achou interessante. Os slogans e as letras grossas só falam realmente no valor que a Empresa recebe ao criar um emprego. Até agora não houve ainda atribuições a nenhuma empresa. Devemos mesmo agir, como um todo, como um grupo de pessoas eleitas e com responsabilidade, pois falar sobre o futuro de Vila Flor, analisando este tipo de questões e vermos como se pode realmente ajudar essas empresas, porque elas precisam. Sublinhou, também, *“que o Senhor Deputado não percebeu o espírito da contratação em relação à auditoria. É uma auditoria complementar, o objetivo não é ir contra aquilo que o ROC disse, é uma pessoa que respeitamos, que não duvidamos da sua integridade, já havia confiança anteriormente e continua a haver, é mais uma auditoria processual em que não só nos vai dar dados em termos de correção ou rigor a nível de cumprimento de regras e de leis com certeza mas também para dar indicação dos processos internos até dentro da Câmara e para que se possa agir nisso. É necessária uma opinião externa, de alguém que tenha um conceito maior, mais lato da realidade de outras Câmaras e que diga que isto pode ser feito assim, aquilo pode ser feito assado e como incluímos isso dentro de um sistema informático”*.-----

----- **O Presidente da AM** fez um reparo sobre as auditorias, disse que também é revisor, não sabia deste procedimento mas efetivamente como disse o senhor Presidente da Câmara Municipal e bem há vários tipos de auditoria. Há a certificação legal de contas que é o serviço que é prestado pelo atual revisor oficial de contas do Município certificar as contas. Há auditorias financeiras, auditorias de procedimentos



acordados, auditorias de âmbitos específicos ilimitados, auditorias legais e procedimentais, auditorias de levantamento de compromissos e situações. Portanto um revisor pode fazer muita coisa, não vem ninguém à AM desautorizar ninguém e em tom de brincadeira dizer ao Senhor Deputado José Prodêncio que em todos os casos da auditoria que nomeou, aquilo que ficou provado é que a culpa é sempre do contabilista.-

----- **O Deputado da AM José Prodêncio (PS)** referiu que fica pasmado com a intervenção quer do senhor Presidente da Câmara quer da senhora Vice Presidente porque efetivamente não insultou ninguém, vai ao portal Gov e vê um contrato no valor de 4976,80 publicado em 19 / 11, isso é o que está no portal Gov e depois de ter averiguado os últimos vereadores sabendo de quem é este contrato e disseram-lhe que a Senhora Vereadora tinha, face à ilegitimidade para assumir este cargo, desistido. Questiona em que é que ofendeu a dignidade das pessoas. Quis também dizer à Senhora Vereadora e Vice-presidente que em termos de justiça social, a senhora nem devia dizer isso porque sabe bem que quando o seu pai teve problemas provocados por gente de direita que o quiseram por na rua, foi ele que ajudou no ano em que houve eleições e o seu pai foi despedido.-----

----- **A Vice-presidente da CMVF** informou que se iria ausentar, pois é inadmissível esse tipo de comentários, o seu pai é um homem que merece muito respeito em Vila Flor. O Senhor Deputado desceu muito baixo e política não se faz assim.-----

----- **O Presidente da AM** constatou que situações destas não dignificam ninguém na sala da AM. Existem pessoas jovens dentro da sala a quem se deve dar o exemplo, e os exemplos que estão a ser dados são vergonhosos e que não se identifica com eles nem com tal situação. O Senhor Deputado tem uma responsabilidade, é um eleito local, pode requerer toda a informação que necessitar, começou a sua primeira intervenção dizendo que é um fiscalizador e é para isso que cá está e cometeu o erro mais principiante dos principiantes, primário, elementar, nem parece que anda nisto há algum tempo que é andar nos cafés *“a dizer que se diz porque se ouviu o que se disse”* quando o senhor tem acesso a toda a informação e tem um dever e uma responsabilidade naquilo que diz, o senhor enquanto membro desta Assembleia pode ter acesso aos documentos que entender e tem o dever de só falar sobre aquilo que vir e não sobre aquilo que lhe parece ou aquilo que para ali dizem e isso é um erro



[Handwritten signature]

elementar que confessa estar pasmado em assistir a uma intervenção do Senhor Deputado. Entra-se nas acusações pessoais que ninguém ganha nada com isso. Lembrou ao Senhor Deputado que lhe foi feito um repto de um pedido de desculpas público na AM e questionou se quer usar da palavra.-----

----- **O Deputado da AM José Prodêncio (PS)** quis usar da palavra para dizer que se efetivamente ofendeu alguém, espera que o desculpem porque está a cumprir a sua missão, consultou a base Gov, viu e depois tentou averiguar, disseram-lhe que já não existia, foi o que ele próprio disse inicialmente e não entende onde ofende as pessoas assim como agradece ao Senhor presidente da Câmara ter esclarecido as questões. Refere que um membro da AM não pode ser crucificado só porque quer saber as coisas, não quer saber as coisas particularmente mas que toda a Assembleia saiba porque é um órgão.-----

----- **O Presidente da AM** acrescenta que os comentários da rua do Senhor Deputado também lhe chegaram e enquanto Membro da Assembleia independentemente de estar a presidi-la ou não, foi ver se era verdade ou não, foi o seu papel, não foi para o café mas foi ver e tem um email que provava efetivamente aquilo que a Senhora Vereadora disse. Enviou um email dia 6 de outubro diretamente pelo email de *ramos.dinis177gmail* que é o email oficial da Empresa Terraplanagens do Mourão, Lda. onde diz o seguinte:” Vimos por este meio informar que por incompatibilidade na execução de prestação de serviços da Sócia - Gerente da Empresa Terraplanagens do Mourão, Lda. Ana Sofia dos Santos Ramos Carvalho por motivos de posse de funções na Câmara municipal de Vila Flor, vimos por este meio comunicar que a nossa empresa deixa de prestar o serviço de transporte de crianças no circuito nº3, Mourão; Valtorno; Candoso; Carvalho De Egas; Samões, EB1 a partir do 08 de outubro de 2021. Informou o Senhor Deputado que a sua obrigação, o seu dever e o seu direito era ter esse documento antes de sequer fazer as intervenções, na rua, lançar boato porque como sabe há duas formas de julgamento, o julgamento do tribunal e o julgamento do povo, ora pelo julgamento do tribunal, conforme documento que acabou de ler, a Sra. Vice-Presidente está ilibada, pelo julgamento do povo, pelo boato criado já está condenado.-



(Handwritten signatures and initials in blue ink)

----- Período da ordem do dia: -----

----- PUNTO TRÊS PUNTO UM: Atividade Municipal - Informação nos termos do N.º 2, da alínea C, do artigo 25º da Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- O Presidente da AM abriu as inscrições.-----

----- O Deputado da AM João Valério (PS) disse que em relação ao relatório da Atividade Municipal tem dúvidas concretas. Dirigiu-se ao senhor Presidente da Câmara Municipal, achando que se esqueceu de lhe enviar o plano estratégico do Cachão. Referencia que no ponto 2 aquando a homenagem feita a um colaborador questiona se é o colaborador no mapa que está aposentado. Ainda em relação à página 2 diz que recebeu um email do Gabinete de Apoio à Presidência no dia 12/5 para a apresentação de um livro e quando leu o corpo do email dizia “Agenda pela Nossa Terra- Minho 2022”. Viu depois na página do município dia 21 do 05 que afinal a apresentação não era sobre a Agenda para a Nossa Terra- Minho 2022 mas era Terras de Trás-os-Montes 2022. Menciona que se tivesse percebido que era sobre Terras de Trás-os-Montes teria feito um esforço para estar. Também notou que a Sigla que está na fotografia diz PSD, achou piada à coincidência infeliz porque sabe o que quer dizer as siglas que estão lá na apresentação. Na página 4 fala na Feira Nacional da Agricultura, fala em números e questiona se quer partilhar com a AM quais foram os critérios que levaram à escolha dos 41 ou dos 50 visitantes. Depois e não querendo alongar muito pois já tem sido motivo de conversa por aí, nas redes sociais, a Expovila, referindo que só vai falar sobre isso porque certamente o Senhor Presidente se lembra como foram as reuniões, ver como se chegava a um nome, algumas das pessoas infelizmente já cá não estão e dar também uma nota de tristeza, não questiona o nome ExpoVila1.0, tem toda a legitimidade para o fazer, é com algum saudosismo que quando vê que se mudou. Não acredita que haja alguma tentativa de tentar rescrever ou apagar a história, acha que a Terra Flor podia ter continuado. Depois na página 11, e quando foi inaugurado as Portas do Parque que lhe é muito grato até porque trabalhou nisso, o Projeto junto à Terra, diz-lhe muito as pessoas que lá estão, e para concluir acha que tinha ficado bem na inauguração das Portas uma referência com a questão que já estava pronta antes da pandemia. Leu a Atividade Municipal e solicitou ao Senhor Presidente que quando pudesse lhe fizesse chegar a informação das verbas que foram atribuídas aos Clubes e



se todos os Clubes têm o Protocolo já devidamente assinado. Pediu ainda o parecer do relatório Técnico florestal que aconselhou a não abrir o Parque, terá muito gosto em lê-lo. Refere ainda que na Atividade Municipal, no mapa de Recursos Humanos há uma prestação de serviços em regime de avença no apoio técnico à área de Recursos Humanos, pedindo que se pronunciasse sobre isso. Como última questão os dois trabalhadores em teletrabalho, gostava que também se pronunciasse sobre isso, porque o teletrabalho também neste momento carece de algum fundamento legal à administração pública.-----

----- **O Presidente da JF Vale Frechoso, José António dos Santos Ferreira** cumprimentou todos os presentes e relativamente à Atividade do Município expôs algumas dúvidas, nomeadamente na página 15, ponto 6 que fala na eficiência energética da iluminação pública, instalação da comunicação dizendo que a empreitada se encontra concluída. Não sabe se a empreitada está concluída ou não, o que sabe é que Vale Frechoso não tem lâmpadas Led, Benlhevai também não tem, a Trindade uma parte e algumas povoações não estão todas contempladas com a iluminação Led, mas Vale Frechoso nem primeira nem segunda fase teve, questionando assim o que se passa com a iluminação no concelho de Vila Flor. Seguidamente falou sobre as Atividades Municipais que não fazem referência às estratégias locais de habitação e continua a insistir porque Vale Frechoso foi das freguesias do concelho que mais famílias propôs para melhoria da habitação, é uma freguesia bastante pobre e envelhecida. Já lá vão dois anos após primeira reunião que tiveram e propuseram 14 habitações familiares e a Casa do Povo. As pessoas foram criando as expetativas e de vez em quando vão questionando o que se passa com este programa. Perguntou assim ao senhor Presidente o que se passa com o mesmo programa, inicialmente era para 6 anos mas pensa que já prolongaram o prazo para 2026, no entanto 3 anos já passaram questionando assim quem é que está à frente deste programa na Câmara de Vila Flor. Falou ainda da Rua do Muro e a necessidade de alcatroar a rua pedindo que não deixasse chegar o Inverno porque corre-se o risco de depois as pessoas não poderem circular nessa rua, e por fim a água da aldeia que ultimamente está a aparecer muito barrenta que nem dá sequer para lavar roupas quanto mais para cozinhar pedindo ao Senhor Presidente para que resolvesse também esse problema.-----



----- O Deputado da AM António Campeã da Mota (PS) iniciou a sua intervenção cumprimentando e saudando o Senhor Presidente da AM, O Senhor Presidente da Câmara e todos os membros da AM. Mencionou que o Senhor Deputado Eduardo Carvalho tem vindo nas Assembleias anteriores a pugnar pela defesa do Património Museológico, Cultural, Arquivístico e nisso estará sempre com ele e contará sempre com o seu apoio nessa defesa. No entanto Vila Flor para além desse Património importantíssimo há mais Património, nomeadamente Património Paisagístico, Património Arquitetónico e Património Cultural, prometendo desde já que no futuro virá falar de todos eles, hoje irá cingir-se também ao Património Natural que é representado por um itenzinho que consta na Reunião da AM de 20 de dezembro de 2021 quando foi apresentado o Relatório de Atividade Municipal e que nunca mais se soube nada e neste está uma vez mais omissa. Nesse relatório consta no ponto 17 a reabilitação e valorização das ribeiras de Freixiel: *“Aí se afirma que foi elaborado o projeto de reabilitação e valorização dessas ribeiras para a intervenção, reabilitação e valorização dos Ecossistemas Ribeirinhos das principais ribeiras do concelho de Vila Flor numa extensão de cerca de 30km.”* Depois dessa data não soube mais nada, e isso é algo que lhe toca muito como hidráulica (de formação), e por isso a sua pergunta é muito clara, qual é o ponto de situação desta intervenção? Há evolução? Está parado? É para continuar? É para se fazer? Refere que tem muito interesse em conhecer o projeto e que fosse desenvolvido em termos de Património Natural e Hidráulico.-----

----- A Deputada da AM Ânia Teixeira (Coligação Acreditar - PPD/PSD - CDS/PP) cumprimentou o Senhor Presidente da Mesa da AM e respetivos Secretários, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhora Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta e Senhores Municípes presentes. Considerando o facto de que o projeto não contempla a construção do etar do tratamento das águas residuais das várias indústrias e serviços que já se encontram instalados e que se instalarão e que esse tratamento químico ou biológico deverá ser diferente do tratamento das restantes águas, como está o Município a planear resolver esta questão deixada pelo último executivo. Outro assunto relevante está relacionado com a reprodução de caminhos agrícolas em caminhos rurais permitindo a requalificação de forma a estabelecerem ligação entre localidades como por exemplo o



caminho agrícola entre Vilarinho das Azenhas e Ribeirinha ou ligação entre a estrada de Freixiel EN314 e Vilas Boas. Tem o Município algum levantamento deste tipo de reconversões? -----

----- O Deputado da AM Fábio Rui Pinto Azevedo (Coligação Acreditar - PPD/PSD - CDS/PP) cumprimentou o Senhor Presidente da Mesa da AM e respetivos Secretários, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhora Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta e todos os presentes na sala. Refere que podia falar sobre a Expovila como já foi referida e tem toda a certeza que vai ser muito bem-sucedida até pelo cartaz que tem, já foi muito bem falado e comentado. O foco da sua intervenção será direcionado para o Parque de Campismo no ponto 22. Vila Flor foi pioneiro em criar um quadrado numa paisagem impressionante de montanha e floresta, o Parque de Campismo de Vila Flor, falamos do ano de 1983 em que uma visão foi ampla no Turismo de vila Flor, tornado o Parque de Campismo o ex-libris da nossa região. O Parque de Campismo é um fator dinamizador do Município de Vila Flor frequentado por milhares de turistas nacionais e estrangeiros de várias nacionalidades. Sucede que a 2 de março de 2020 tudo mudou e devido à Covid-19 o Parque encontra-se fechado ao público. O ano passado podia abrir mas com a preocupação de um possível aumento de casos não o fizeram. Este ano após solicitada a um Técnico uma avaliação para se saber se seria possível a sua abertura depararam-se com um problema no relatório que antecipa o risco extremo de ocorrência de acidentes no Parque de campismo, mais concretamente quedas de árvores. Colocou uma questão ao Senhor Presidente, nomeadamente se sabia se no passado foram feitas as devidas intervenções ou inspeções necessárias ao Parque de Campismo de Vila Flor a fim de garantir a segurança dos utilizadores e dos colaboradores que prestem serviços no local. É nítido que ao se ter conhecimento pela Assembleia Municipal se percebe que este pode ser também um motivo para o Parque não abrir este ano, não sabe se é ou não é. Refere no entanto como bons transmoutanos que são, são pessoas acolhedoras e gostam de receber bem os outros. Por isso no seu ponto de vista, e como esteve a trabalhar no parque de campismo o verão anterior, é visível que é necessário trabalhar no parque, é necessário mudar os campos de jogos na totalidade desde o piso às redes, às tabelas do campo de basquete tal como é necessário remodelar as casas de banho,



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

não tinham e não têm condições para receberem os campistas e todos aqueles que queiram vir conhecer a nossa Terra e levarem dela uma boa imagem para que tornem no futuro. Posto isto e deixando o seu voto de confiança tem plena consciência e confiança que o atual Executivo irá realizar um excelente trabalho. A seu tempo o Parque abrirá sendo este ano ou o próximo com as melhores condições para acolherem aqueles que queiram conhecer a nossa terra e de usufruir de tudo o que temos para lhes dar.....

----- **A deputada da AM Olívia Martins (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP)** menciona que ao Senhor Deputado António Campeã da Mota lhe preocupa a limpeza da ribeira, partilha da mesma preocupação, referindo a ribeira de Santa Comba da Vilarica que passa no meio da aldeia com muita erva e é preocupante, não só a nível de visão como a nível de lixo que se vai acumulando e não se vai vendo e torna-se um perigo a nível de incêndio. Perguntou ao Senhor Presidente de Câmara como estão as limpezas de ribeiras com a Proteção Civil articulação com os Bombeiros e com todas as pessoas que trabalham nessa área e se irá tomar nota desta sua preocupação. -----

----- **O Presidente da CMVF** agradeceu ao Senhor Presidente da AM e a todos os presentes pelas contribuições esperando conseguir responder a todas. Relativamente à intervenção do senhor Deputado João Valério dá-lhe a razão, o plano estratégico do Cachão, não o fez chegar, faz uma *mea culpa* mas fará. Quanto à homenagem ao colaborador ficou sem perceber muito bem a questão, mas isto tudo é porque desde que começaram o mandato e após 40 anos de serviço numa casa que uma pessoa sair sem um abraço, sem uma despedida de alguém que está a representar o Município. Devia ser feita. Começaram a fazer isso já com o anterior funcionário que se aposentou e fizeram-no novamente com este. Consta da atividade e dar nota que todos os funcionários que se aposentem no Município de Vila Flor não vão sair a não ser que não queiram sem este tipo de abraço e merecem porque ao contrário talvez daquilo que se veicula, desde que iniciou funções na Câmara Municipal e gostaria de deixar isso bem claro, reconhece que há pessoas no Município que fazem pequenos milagres todos os dias porque a Câmara ao contrário daquilo que se possa pensar tem pouca gente, é das Câmaras do Município com menos pessoas, pode ser um ato de boa gestão mas de muito mau planeamento, ou seja, neste momento existe um engenheiro civil para uma



Câmara deste tamanho que almeja fazer barragens, é aterrador, por isso e muito bem é que vão descortinar e ver que há avenças, prestações de serviços e claro que sim, ainda não têm em Vila Flor o SIADAP 1 e 2 implementados questionando se isso é de lei, já que se fala em pedagogia de leis, é de lei mas não foram implementados porque se calhar não houve tempo para o fazer. Existe um recrutamento aberto desde 2020, portanto evidentemente que é necessário reforço e como todos sabem, se os anteriores não conseguiram recrutar desde 2020, ainda não o conseguiram fechar e como é que se responde a necessidades prementes de pessoas que nos ajudem no desempenho das nossas funções e dar o melhor serviço à população. Quanto à Agenda Pela Nossa Terra talvez um erro ao enviar o email enviaram o do Minho em vez de Trás-os-Montes mas é natural porque infelizmente como se sabe o nosso grupo de Deputados Europeus tem áreas geográficas muito maiores, existem muito poucos Deputados Europeus, portanto o Deputado que nos representa é Minho e Trás-os-Montes, os nossos Deputados assumem esse território todo. Quanto à Feira Nacional de Agricultura, em primeiro lugar deu os parabéns à organização que foi uma organização com a prata da casa, a Câmara Municipal de Vila Flor está muito grata por quem representou, por quem tirou do seu tempo, contribuiu com alegria, motivação para representar Vila Flor lá em baixo, e foi tão notado que até o Presidente da República não pode deixar de passar no stand de Vila Flor. Os critérios é a lista que têm acesso e que vão compilando de todos os produtores, todos foram contactados. Pode ter havido algumas falhas, se notou alguma falha, se notou alguma ausência agradece que a reportem para engrandecer que será a Expovila 1.0. O nome Expovila 1.0 tem realmente dado que falar e ainda bem, porque de certa maneira é falando abertamente das coisas, há quem goste, há quem não goste, se calhar são mais os que não gostam e vale talvez um embalo político de lutar por isso. Salaria que nunca foi adverso à Terra Flor, sempre deu os parabéns à terra Flor, ainda o fez a semana anterior na reunião de Câmara, porque realmente a Terra Flor foi uma ideia brilhante e mais do que brilhante, foi uma ideia original, havia a nível nacional, havia a nível internacional mas no distrito de Bragança não havia, verdade seja dita, foi como a piscina que foi feita em 1983 como o Deputado Fábio Rui já mencionou. Foi essa ideia visionária que realmente criou a Terra Flor e tem todo o respeito pela Terra Flor. Infelizmente na sua ótica a Terra Flor desistiu do conceito inicial ou pelo menos para não ser tão duro nas palavras alterou-se o conceito inicial e foi parar a uma garagem, foi



“enterrada”, confundida com a festa da Vila que nunca deveria ter sido feito, devia ter havido coragem para continuar essa Terra flor, desapareceu como conceito original e não pela ação do Município, pura e simplesmente pegaram na ideia de fazer uma feira novamente no parque onde devem ser feitas as feiras e quiseram trazê-la à atualidade, não houve uma evolução natural, a Terra Flor como nós a conhecíamos e de uma forma e como carinhosamente a relembramos, morreu e nasce uma nova Feira de Produtos e Sabores, não gostam do nome chamem-lhe Feira de Produtos e Sabores, participem ativamente, estejam presentes e lutem por ela porque é a feira que temos e é esta feira que vai ser novamente quase como uma ideia original um renascimento pelo respeito que tem de quem criou a terra Flor não tem problemas nenhuns e toda a humildade em dizer que é um renascimento, que é voltar a ter uma feira de Produtos e Sabores que seja feita falada e que já é falada. Importa trabalhar em conjunto, em Macedo dizem que não têm cartaz e que até Vila Flor tem este ano, porque em Vila Flor infelizmente perdeu-se protagonismo e se não conseguimos ver isso também não conseguimos ver o futuro, e o futuro tem que ser por aqui, se é só uma questão de nome ainda bem. A equipa segue em bom rigor os trâmites dos anos anteriores, envolve Associações, a organização de um evento destes requer presença, tempo e reunir 10 ou 12 pessoas à volta de uma mesa, não se arranja datas, não se arranja horas e o trabalho na realidade tem que ser feito por profissionais, por pessoas que se dediquem inteiramente, existe essa comissão organizadora mais com o intuito de fazerem inputs, de nos darem ideias nomeadamente em campos um pouco mais fora daquele técnico de exposição, seminários, atividades extra, coisas para fazer envolver a comunidade. As inaugurações que o Senhor Deputado falou, no espaço Coworking e as Portas do Tua, discorda porque acha que não estavam prontas, se estavam prontas podiam ter aberto. Foram abertas Portas do Tua, o espaço Coworking não consegue precisar, muito antes do Covid e portanto se a nossa não foi aberta, talvez porque “a Berta não bateu à porta”. Quanto ao relatório do Engenheiro Pedro Ginja, já pediu para fazerem cópias que serão distribuídas durante a presente AM, já falou dos recrutamentos e do SIADAP, infelizmente é isso, há um engenheiro civil, não há ninguém em Segurança e Higiene no Trabalho, portanto querem fazer qualquer coisa, depois “é-se preso por ter cão e por não ter”, alguém não fez por estar a contratar, acha que se deve fazer e recrutar. Relativamente às duas pessoas que estão em teletrabalho, e sem dizer nomes, uma



delas esteve em teletrabalho pelos melhores motivos possíveis e agora está em licença de maternidade, é uma situação perfeitamente enquadrável na lei em qualquer lugar do mundo e outra que o leva a lembrar uma coisa, outro paradigma que lhes foi deixado e que estão realmente a tentar mudar mas que não é fácil, o extremo constrangimento de espaço que a Câmara Municipal tem e é difícil arranjar espaço. São criativos, quem já esteve nos gabinetes do Município viu que transformaram um corredor em espaço de trabalho, não pararam, no entanto claro que houve uma reação, *“estão a colocar pessoas no corredor”* é esta a reação que existe quando sabem que não há espaço, quando sabem que se está a trabalhar com constrangimentos de pessoal, era talvez mais natural haver uma aproximação e sugerir do que chegar e falar das coisas *“como se”*. Se não há onde sentar as pessoas, agora estão a tentar fazer uma obra e depois a tentar arranjar empreiteiros para fazer uma obra, isso já é outra questão. Quanto à intervenção do Senhor Deputado José Ferreira informa que a empreitada das Leads de que falou já está concluída, mas não é a única nem é a primeira, isto vai de empreitada em empreitada e não há nenhum favorecimento em termos de aldeias, dependendo do tamanho da empreitada faz-se uma análise para ver se conseguimos iluminar a *povoação tal e a povoação x* e fazer de uma assentada aldeia a aldeia. Podia-se ter optado por colocar x Leads em cada aldeia mas optou-se, e isto já vem detrás, ir resolvendo aldeia a aldeia, concordando também com essa lógica, porque deixamos de ter um equipamento e ficamos com um novo, isto está ligado ao quadro comunitário que ainda está a decorrer e que tem o prazo de conclusão de junho de 2023, portanto esperam que tudo corra conforme lhes dizem e que vão ter o concelho todo iluminado a Lead brevemente porque a conta da eletricidade continua a disparar como todos sabem e portanto faz todo o sentido reduzirem-se os consumos. Quanto ao primeiro direito pediu que lhe dessem informação técnica, a candidatura está aprovada, foi uma aprovada há pouco tempo, são 5 milhões de euros, vai ser criado um gabinete e apoio às candidaturas privadas e estão nesta altura 3 técnicos em formação para a elaboração de candidaturas, agora falta ver a reação das pessoas, depois também é preciso fazer esta pedagogia com quem se vai candidatar, porque o espírito do primeiro direito não é ser gratuito na totalidade e portanto podemos estar a induzir sem querer em erro as pessoas, tem que haver um bocadinho de pedagogia, as pessoas têm que assumir uma quota-parte de responsabilidade na ação da construção ou reconstrução da sua própria



casa dentro da medida do possível, evidentemente que há uma análise socioeconómica da pessoa, da família, o primeiro direito está encaminhado, e lá está a necessidade de envolver pessoas para um novo gabinete para interpretar essas candidaturas. Falou da pavimentação da rua do Muro, é uma questão de justiça, e evidentemente que espera que o Inverno venha chuvoso conforme espera o senhor Professor que diz que por outros motivos ter a obra feita antes para não haver lama, no entanto espera bem que haja muita lama no ano que vem, porque este ano houve muita pouca água. Quanto à qualidade da água vai verificar está-lhe a ser reportada uma situação que à partida está controlada, a origem ainda é de furo e há um projeto que será implementado no tribunal de contas e espera-se que brevemente se inicie a obra, o empreiteiro está pronto e Município mais que pronto para o fazer. Quanto à intervenção do senhor Deputado António Campeã da Mota informa que o projeto está aprovado, o projeto chama-se Ribeiras de Freixiel mas na realidade envolve mais ribeiras, nomeadamente de Valtorno e uma Ribeira também em Vila Flor. O total do investimento são 750,000 euros e será agora lançado o concurso para o projeto, porque o projeto é grande, tem que ser lançado o concurso, parece estar bem encaminhado, eles foram aprovados agora mesmo, incluindo o nosso. Relativamente à intervenção da Deputada Ânia Teixeira que fala e bem do tratamento da água residual, percebe perfeitamente porquê, está a falar de um problema que realmente existe nomeadamente com a Cooperativa e evidentemente que acha que não se pode pura e simplesmente apontar o dedo e dizer que o problema é da Cooperativa, a Cooperativa que o resolva, não. A Cooperativa presta um serviço à Comunidade que é valioso e portanto temos que nos juntar e resolver e com certeza aproveitar a criação desta zona de acolhimento para o nascimento digamos assim duma Etar que seja capaz não só de tratar as águas residuais da Cooperativa mas também de qualquer outra indústria que surja dentro da zona de acolhimento. Sobre esta questão de conversão de caminhos rurais em caminhos agrícolas ou o contrário, isto tem sempre uma problemática associada, como isto é associado a fundos comunitários temos que ter escala e pedem que seja Intermunicipal, ou seja, procurar sinergias com os vales vizinhos e arranje alguém pelo caminho que venha desde Alfândega e vá até Mirandela atravesse Vila flor para podermos fazer outros e arranjar continuidade nesse tipo de projeto. Sobre a intervenção do Senhor Deputado Fábio Rui, agradece pela palavra de confiança, espera nunca desapontá-lo,

falou do Parque de Campismo de maneira emotiva e também sente assim. Porque em 1983 tinha 10 anos e portanto cresceu ali e viu a evolução que aquilo teve, a piscina nem sempre foi assim, era mais pequena e tinha uma prancha de saltos e temos todas as condições de criar ali uma nova ideia, uma nova noção de Campismo, hoje em dia chama-se *Glamping*, só usamos expressões inglesas, temos gente a trabalhar nisso, temos gente a trabalhar num conceito também num conceito mais avançado, mais humano em relação aos animais, ao Parque animal que ali está que está perfeitamente ultrapassado e temos a Quinta da Fonte do Olmo que tem que ser incorporada pelo espaço mais lato. Temos vários desafios como toda a gente sabe e conhece, queremos olhar para aquele espaço numa forma agregada, numa forma contínua e que não se note ali que há descontinuidade de uns lugares para os outros aonde alguém que visite quase que pode passar ali dias-a-fio se assim o quiser sem se aborrecer com algo interessante e motivante. Partilhou ainda uma ideia que volta a sublinhar "*Crianças-futuro*, uma oportunidade fantástica através de uma parceria com o ICNF, desenvolver dentro do conceito todo um conceito que eduque de certa forma as nossas crianças de outra forma, ou seja, a fixação das pessoas é uma preocupação, e as pessoas que se queiram fixar preocupam-se com a educação e saúde porque pensam em filhos. A maior saúde que temos é o helicóptero e são as estradas que nos unem a hospitais centrais. A saúde é coisa do estado central e deve continuar a ser assim e ainda bem que assim é porque senão no Covid isto tinha sido uma calamidade e a União europeia aí também funcionou, a compra em escala de vacinas aconteceu porque estávamos dentro da União Europeia, porque estávamos com o SNS centralizado. E apesar das notícias atuais, orgulha-se do nosso Sistema Nacional de Saúde, porque é gratuito, tem de ser trabalhado, com certeza que sim. A Educação sim, são discussões que devemos ter nos cafés e são discussões interessantes. É na Educação que nos devemos destacar, é na Educação que nós podemos realmente atrair jovens pais que digam eu quero dar uma educação diferente aos meus filhos e vai ser em Vila Flor. Que venham para cá informáticos, seja o que for para o espaço Coworking que foi agora inaugurado por exemplo, os temas que hoje em dia se discutem: ambiente, alterações climáticas, isso é o que a gente vê ser falado, isso são as formações do futuro, a academia do futuro pode estar aqui, já para não falar das artes, temos um nome, um vulto, Graça Morais que é de Vila Flor e devemos também utilizar essa ligação, portanto se nós conseguirmos ter



um bocadinho mais de autonomia pedagógica, não é só dizermos tratem dos edifícios e tratem das pessoas, é dizerem fiquem com 20% do conteúdo pedagógico e sejam criativos, façam a diferença. Nós podemos ser criativos, podemos explicar às nossas crianças desde pequenos o que é o respeito pelo meio ambiente, o que são as alterações climáticas, o tema da água, o tema do clima e nós podemos introduzir isso no nosso sistema curricular da Educação desde uma idade jovem e fazer realmente a diferença e começar a desviar do sistema educativo que temos porque é muito conservador, durante quarenta anos as diferenças são muito pequenas e aí sim podemos fazer a diferença e cativar pessoas, quadros, pessoas formadas como os filhos que mandamos embora, formamos filhos para se irem embora, oferecemos o que de melhor temos, qualificados para fora, o país faz isso coletivamente, Portugal manda para Inglaterra enfermeiros entre outros, e nós fazemos isso incrivelmente em Vila Flor. Respondendo à Deputada Olívia Martins, limpeza de bermas e faixas de contenção este ano realmente podem pensar mas não estamos completamente fora de época porque normalmente a limpeza é feita antes das festas de cada aldeia, mas contudo este ano há uma diferença, este ano no Gabinete Técnico Florestal decidiu-se trabalhar mais nos bastidores, ou seja, as verdadeiras faixas de contenção, aquelas por onde vão circular meios de combate que realmente podem fazer a diferença em área ardida, em conter a progressão do incêndio decidiu-se fazer isso antes, decidiu-se fazer isso em prioridade e quando dizemos prioridade é porque o efeito duma berma não tem nada haver, a semana passada visitou as faixas de contenção em Candoso e Freixiel, são 10 metros para cada lado do caminho onde podem ir camiões de combate, podem virar, podem realmente conter o incêndio naquele ponto. Uma ceifa é como dizia alguém do ICNF outro dia, é um bocadinho cosmético, irrita, não gosta de ver isso e chegar-se-á lá, o plano está feito mas fez-se primeiro se calhar aquilo que nunca se tinha feito anteriormente, que é tentar mesmo ter um sistema integrado, de proteção que respeite o nosso plano de Defesa da Floresta. Finaliza dizendo que espera ter respondido a todos colocando-se à disposição para qualquer dúvida.-----

----- **O Presidente da AM** informa que chegou à mesa uma nota que faltou responder ao Deputado João Valério sobre os Clubes. -----



[Handwritten signatures in blue ink]

----- **O Presidente da CMVF** refere que percebeu aquilo que o deputado João Valério pediu foi esclarecimento, quer que lhe faça chegar a informação, por isso não respondeu, mas usando a tecnologia manda.-----

----- **O Deputado da AM António Campeã da Mota (PS)** menciona a referência da Deputada Ânia Teixeira relativamente a uma eventual ligação de Vilas Boas à Estrada principal de Freixiel. O Senhor Presidente não pode ter na cabeça tudo aquilo que está tecnicamente dentro dos projetos. Referiu ainda que gostava de partilhar com todos os presentes para todos saírem com a mesma informação que o projeto da barragem de Freixiel que é um projeto que não é só barragem. É rede de régua e rede viária, inclui uma pequena rede viária, mas nesse projeto contempla a ligação ou o melhoramento do caminho de ligação entre Vilas Boas e a aldeia do Vieiro, não é à estrada municipal de Freixiel mas ainda é qualquer coisa.-----

----- **PONTO TRÊS PONTO DOIS: Nomeação dos membros para o Conselho Municipal de Educação de Vila Flor 2021-2025- Discussão e votação.** -----

----- **O Presidente da AM** deu conhecimento da elaboração do Conselho Municipal da Educação, todos os organismos que nomeiam as pessoas já se pronunciaram, o Conselho Municipal também já elegeu as pessoas que devia eleger e vem informar à Assembleia Municipal a sua composição na íntegra para tomar conhecimento e deliberar. Abriu a discussão a quem quisesse e de seguida votar. Informou ainda que recebeu a informação que estava de momento a ser distribuído o relatório do Engenheiro Pedro Ginjas.-----

----- **O Deputado da AM Artur Pires (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** referiu que o Decreto-lei nº 20/2019 regula as competências e a composição deste órgão. É evidente que o órgão depois de ser empossado, ele próprio vai aprovar o seu Regimento Interno. Contudo no Regimento Interno imposto aqui falta uma alínea que é o elemento que vem do Conselho Pedagógico, o atual Regimento Interno deste órgão transcreve integralmente o anterior, no entanto houve uma alteração, o Conselho Pedagógico não ditava nenhum elemento para a composição deste órgão, havia apenas um representante do pré-escolar, do Ensino Básico e Secundário, agora acresce a



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

integração de um elemento do Conselho Pedagógico e portanto é preciso acrescentar na composição uma alínea com o elemento do Conselho Pedagógico.-----

----- **O Presidente da AM** refere que faz parte da informação que receberam que foi a intervenção do Deputado Artur Pires e tudo o que o Deputado disse é que na primeira reunião do Conselho Municipal da Educação um dos pontos será alterar o Regimento e incluir esse ponto e aprová-lo. Submeteu o ponto a votação e foi aprovado por unanimidade.-----

----- **PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Aprovação da proposta de Júri do Procedimento Concursal para recrutamento de Dirigente Intermedio de 2º grau- Chefe de Divisão Municipal da Divisão Administrativa e Financeira- Discussão e votação.**-----

----- **O Presidente da AM** abriu o período de inscrições, colocou o ponto a votação tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- **PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Prestação de Contas Consolidadas 2021- Apreciação e Votação** -----

----- **O Presidente da AM** abriu o período de inscrições e deu a palavra ao inscrito Senhor Deputado José Prodêncio.-----

----- **O Deputado da AM José Prodêncio (PS)** refere que por uma questão de coerência com as contas do Município concorda com o parecer que o senhor Revisor coloca no relatório.-----

----- **O Presidente da AM** questionou se havia mais intervenções e de seguida colocou o ponto a votação lembrando que são as contas de 2021 consolidadas, são as contas do Município mais as Entidades em que o Município tem uma relação direta, tem que consolidar, englobar os seus ativos, passivo e as suas responsabilidades, Vila Flor tem duas Empresas Intermunicipais, participa também na Resíduos Nordeste e portanto este relatório são as contas já aprovadas na AM em abril incluindo aquilo que são os nossos direitos e participações nas Entidades referidas. O ponto foi aprovado por maioria com duas abstenções. -----

----- PONTO QUATRO: Período de Intervenção do Público.-----

----- O Presidente da AM informa que chegaram ao fim da agenda de trabalhos, questiona se alguém do público, dos Municípes quer usar da palavra e não registando qualquer intervenção dos Municípes agradeceu a presença de todos.-----

----- Nada mais havendo a declarar, o Presidente da AMVF deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata. -----

O Presidente da Mesa



(Pedro Alexandre Morais dos Santos)

O 1.º Secretário



Gracinda de Fátima Fraga Carvalho Peixoto)

O 2.º Secretário



(Artur Manuel Pires)